

## O papel das redes mercantis durante a Monarquia Hispânica: o caso da Capitania da Paraíba (1584-1600)

The role of merchant networks during the Hispanic Monarchy: the case of the Captaincy of Paraíba (1584-1600)

Sylvia Brandão Ramalho de Brito\*

### Resumo

A mundialização gestada pelos ibéricos em finais do século XVI ganhou, à época, contornos superlativos, promovendo conexões transatlânticas que transformaram o curso da história, sobretudo, do ponto de vista econômico e cultural. Esse grande império (em extensão territorial e poderio militar) abarcou inúmeras conexões particulares que se entrelaçavam formando vínculos globais. Neste artigo buscamos estudar algumas trajetórias de personagens que construíram relações entre a América portuguesa e a Monarquia Hispânica. A inserção de clãs mercantis de grande reputação na conquista da Paraíba foi uma iniciativa pioneira na América portuguesa. A Fazenda Real, para subsidiar aquela empresa, contou com uma contribuição advinda de investimentos aportados pelo capital estrangeiro internacional. Para a conquista do território, a Monarquia contraiu um empréstimo com o milanês Giovanni Batista Rovellasca, um dos principais mercadores estabelecidos na Corte em finais do século XVI, ligado às mais importantes redes de negócio da época.

Palavras-chave: História atlântica; Monarquia hispânica; Redes comerciais.

### Abstract

The globalization gestated by the Iberians at the end of the 16th century gained, at the time, superlative contours, promoting transatlantic connections that transformed the course of history, above all, from an economic and cultural point of view. This great empire (in territorial extension and military power) encompassed numerous private connections that were intertwined forming global bonds. In this article we seek to study some trajectories of characters who built relations between Portuguese America and the Hispanic Monarchy. The insertion of highly reputable merchant clans in the conquest of Paraíba was a pioneering initiative in Portuguese America. The Fazenda Real, to subsidize that endeavour, counted on a contribution from investments made by international foreign capital. To conquer the territory, the Monarchy contracted a loan from the Milanese Giovanni Batista Rovellasca, one of the main merchants established at the Court at the end of the 16th century, linked to the most important business networks of the time.

Keyword: Atlantic history; Hispanic monarchy; Commercial networks.

\* E-mail: sylviabrito@usal.es.

## **Aproximações a uma história transatlântica**

Este trabalho pretende examinar e analisar algumas interações que existiram entre as partes continentais que compunham a Monarquia Hispânica, quando da instauração da União Ibérica. A incorporação de Portugal, que era o segundo império colonial daqueles tempos, à Monarquia espanhola, estendia o domínio dos Habsburgo da Península Ibérica a todas as partes do mundo até então conhecido. Esse grande império (em extensão territorial e poderio militar) abarcou inúmeras conexões particulares que se entrelaçavam formando vínculos globais, permitindo, por exemplo, a expansão das transações comerciais e transmigrações de pessoas entre variados pontos da Monarquia, promovendo uma nova conformação política e cultural no âmbito do império castelhano.

A conquista da Paraíba, realizada em finais do século XVI, foi impulsionada por uma iniciativa mais ampla dos Habsburgo em uma tentativa de articular e aprimorar as suas defesas nas fronteiras do Atlântico. Dentre os principais objetivos engendrados pela coroa espanhola, a partir de sua política militar, estava reforçar a estratégia de defesa para maior segurança da circulação de mercadorias no Atlântico e, também, legitimar o governo de Filipe II na América portuguesa. Não se pode pensar, portanto, a conquista da região da Capitania da Paraíba de forma alheia às circunstâncias relacionadas com a Monarquia Hispânica.

A história desse período é também uma história do Atlântico. Por isso mesmo, a expansão dos territórios pertencentes à Monarquia ocorria em uma proporção atlântica (não apenas da costa para o interior). Bahia, Pernambuco, Paraíba, faziam parte de uma grande rede de conexões que incluía, simultaneamente, Lisboa, Madri, Luanda e Cartagena. A expansão marítima encetada por portugueses e castelhanos teve repercussão muito mais abrangente: “entrelaçou o mundo de tal modo que quase todos os habitantes da terra passaram a formar uma rede única de contato, comunicação, contágio e intercâmbio cultural” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2017, p. 9). E foi nesse ambiente que se sucederam as ações e os acontecimentos que ocorreram durante o período em que as duas Coroas ibéricas estiveram unidas.

A ampliação do espaço atlântico favoreceu uma mudança de escala, ajudando a promover conexões transatlânticas que mudaram o rumo e, de certa forma, a velocidade da história. Esse Império ibérico de dimensões planetárias facilitou a circulação de tropas militares, agentes políticos, religiosos e burocratas régios. As redes políticas, militares, comerciais e administrativas, favoreciam movimentações no sistema macro, mas também no ambiente micropolítico, dando forma a uma realidade nova, que, analisada a partir deste ângulo, levanta questões importantes para a compreensão do funcionamento da Monarquia Hispânica.

A instalação da nova Monarquia durante o período da União Dinástica representou para a Casa dos Habsburgo encargos abrangentes e complexos, a considerar-se a amplitude das possessões portuguesas incorporadas. A chamada monarquia universal havia se tornado bastante poderosa, estendendo suas malhas pelo mundo então conhecido, marcando presença em lugares díspares no espaço e na história. A incorporação de Portugal representava a ampliação da estratégia voltada para o Atlântico e a anexação de novos súditos àqueles já

espalhados pela Europa, África, Índias Orientais e América, nos territórios que estavam sob a alçada da Coroa dos Habsburgo.

A partir do governo dos Filipes, a América portuguesa deixou de ser uma parte meramente acessória no ambiente geopolítico da época para integrar-se, efetivamente, ao complexo atlântico da Monarquia Hispânica. Observando-se a região, a partir de uma perspectiva mais ampla, durante as seis décadas do governo dos Habsburgo, constata-se que o período da União das Coroas foi um momento crucial para a história do Brasil. Do ponto de vista geopolítico, a região saiu de uma posição relativamente localista, para inserir-se nas tratativas que se davam no cenário mundial. A presença e a atuação da Monarquia Hispânica no Brasil refletiram-se na ampliação das fronteiras, a exemplo das conquistas da Paraíba e do Maranhão, que foram importantes para o alargamento da ocupação territorial. Este também foi um período vantajoso com relação ao intercâmbio de mercadorias, de recursos humanos, de ideias e de experiências. Portugueses e espanhóis, nas empreitadas do complexo oceânico, desenvolveram muito mais a colaboração do que suscitaram rivalidades latentes, apesar de algumas ocorrências registradas durante as campanhas de conquista da Paraíba, em que se configurou uma patente oposição entre os povos ibéricos envolvidos na construção da ordem colonial.

A União Ibérica promoveu, ainda, uma rede ampla de estruturas burocráticas que visavam controlar, organizar e explorar o império ultramarino. Pena, tinta e papel eram os instrumentos que a Monarquia Hispânica dispunha, embora existisse uma pluralidade de organismos intermediários ou como explicou Gil Pujol (2006, p. 289), uma “*red humana de relaciones, mediaciones y clientelas*”. Essa imensa potestade que era a Coroa dos Habsburgo, com suas incontáveis correspondências, ordens e instruções passadas pela Corte, governada por um “*rey papelero*”, cuidava de reger uma máquina complexa que se movia, concomitantemente, em várias direções (BRAUDEL, 1972, p. 372).

Durante o desenrolar da União Ibérica, constata-se um incremento das redes políticas, comerciais e sociais, que se referenciavam entre si, promovendo circulações entre os dois lados do Atlântico. Uma nova configuração política de dimensões globais começou a tomar uma forma mais clara. Esses deslocamentos não eram apenas de personagens efetivamente, mas também de burocracias, conhecimento e instituições, como foi o caso do Santo Ofício, que foram trasladados para o mundo ultramarino. Como explicou Gruzinski (2010, p. 82), essa mundialização dos ibéricos ganhou contornos magistrais, houve uma “*planetarización de los horizontes*”. As conexões sociais gestadas nessa época, em espaços intercontinentais, trouxeram à tona uma nova conformação política e diferentes sujeitos. Bartolomé Yun Casalilla utiliza o conceito de transnacionalização para demonstrar, por exemplo, o processo que motivava a circulação das elites e a conseqüente fecundação de redes justapostas por essas mesmas elites. Esse processo, conforme Yun Casalilla (2009, p. 11-35), favorecia a internacionalização do próprio império hispânico. As redes que se entrecruzavam, mesmo localmente, foram estimuladas muitas vezes através de conexões transatlânticas.

## A inserção de clãs mercantis na conquista da Paraíba

A União Ibérica trazia na sua constituição uma amálgama de oportunidades. Conforme Guida Marques (2009, p. 271), especialmente, as novas capitanias reais constituíam-se em lugares “*d’opportunités et d’ascension sociale, et révèlent alors l’importance de l’administration royale dans la formation des élites locales*”. Nesse emaranhado de situações coexistiam e entrelaçavam-se a estratégia da Coroa e os interesses das elites. Era nesse panorama que medravam as redes comerciais locais (estas, por sua vez, conectadas a redes externas mais complexas). É interessante mencionar, dentro da diversidade desse cenário, os vínculos que existiam entre a elite e os mercados locais e suas conexões transatlânticas com a Corte, que se estendiam para outras ligações muitas vezes periféricas, mas que complementavam a rede de financiamentos e de comércio. O caso da conquista da região da Paraíba pode ser considerado para exemplificar essa rede de conexões comerciais e de financiamentos que envolviam a colônia e a praça de Lisboa com os liames a ela aderentes.

O lento e árduo processo de conquista das terras da Paraíba, que perdurou por vários anos, foi um dos primeiros produtos engendrados pela arquitetura do poder monárquico filipino nas Américas. A região, que era dominada pelos Potiguara e constantemente frequentada pelos corsários franceses, só foi, efetivamente, conquistada com a chegada dos reforços da Armada do Estreito, o que culminou com a instalação da primeira edificação feita na região, o Forte de *San Phelipe y Sanctiago*, e, posteriormente, com a fundação de Filipeia, nome dado à nascente povoação em homenagem ao monarca espanhol. A empreitada militar estava sob as ordens do capitão-general Diego Flores de Valdés, um dos mais destacados e experientes navegadores da Espanha. A ocupação da região foi permeada por uma série de dinâmicas intermediadas por hierarquias sociais que envolviam as elites, o poder local, os segmentos intermediários e a própria Monarquia. Esse foi o cenário de fundo durante os primeiros anos da ocupação do território.

Ainda em 1584, quando da expedição destinada à Paraíba, comandada por Flores de Valdés, a Fazenda Real utilizou recursos de terceiros ao contrair um empréstimo com o milanês Giovanni Batista Rovellasca<sup>1</sup>, na época um dos principais mercadores estabelecidos na Corte. A participação de grandes comerciantes no financiamento da empresa colonial da conquista da Paraíba é um fato inédito na historiografia referente à empresa, nunca antes mencionado nos estudos sobre a expansão atlântica na América portuguesa. Encontramos, nos arquivos espanhóis, um manuscrito referente a um empréstimo de 1:804\$151 que foi tomado por Valdés a Rovellasca, em fevereiro de 1584, quando o general asturiano se encontrava na Bahia, com a finalidade de suprir a armada que navegaria para Paraíba, empréstimo que foi contraído através

---

<sup>1</sup> Encontra-se na documentação, o mesmo nome escrito de formas distintas, com variantes como: “João”, “Juan”, “Giovanni”; “Batista”, “Battista”, “Baptista”, “Bautista”; “Rovelasca”, “Rovelasco”, “Rovellasca”.

de Pedro de Arche<sup>2</sup> que seria agente de Rovellasca na colônia. O documento trata de uma consulta feita ao *Consejo de Indias*, datada de 16 de outubro de 1586, em que se instava à Coroa para que fosse regularizado o pagamento do empréstimo que havia sido fornecido, havia dois anos, por Rovellasca<sup>3</sup>. No memorial da solicitação é explicitado que Rovellasca, utilizando-se do seu procurador no Brasil, havia comprado, na ocasião, mantimentos e abastecido a armada de Valdés.

Giovanni Battista Rovellasca ou Juan Bautista Rovelasca, como aparece grafado em grande parte dos documentos existentes nos arquivos estatais espanhóis<sup>4</sup>, foi um mercador italiano de origem milanesa que, em 1577, se instalou em Lisboa (SCHWARTZ, 2004, p. 264). Rovellasca obteve grande destaque como contratador da Carreira da Índia, vinculando-se ao negócio da pimenta, tendo, na década seguinte, iniciado no comércio de escravos, no qual celebrou um expressivo “*asiento con Felipe II, mediante el cual podía llevar desde 1584 a 1590, 1800 esclavos a cualquier punto de Indias, a razón de 300 por año, pagando a la Corona 1/3 liquido de lo obtenido em la venta*” (LORENZO SANZ, 1979, p. 69). Além disso, Rovellasca exerceu atividades, em Lisboa, como contratador das alfândegas (ALMEIDA, 2009, p. 711). O milanês fazia parte da nova elite mercantil que emergiu em Portugal, em finais do século XVI, assumindo o predomínio do comércio local (FRADE, 2015, p. 415-444). Para Benedetta Crivelli (2012, p. 1), Rovellasca tornou-se interlocutor privilegiado dos grupos mercantis estrangeiros, “mantendo, simultaneamente, uma ligação muito forte com a comunidade de origem, que garantia o fornecimento dos recursos financeiros necessários para as suas atividades comerciais”. Rovellasca tinha como parceiros comerciais figuras renomadas na área mercantil como: André Ximenes<sup>5</sup>, José Rodrigo Solis<sup>6</sup> e Heitor Mendes de Brito<sup>7</sup>.

A Monarquia organizou nos seus domínios toda uma rede de feitorias, instituindo um sistema fiscal de tributação, vendendo concessões e promovendo a arrematação fiscal. Essa venda do monopólio régio aos mercadores e arrematantes privados, conforme Alencastro (1998, p. 197), “não se apresenta como um ato unilateral do poder monárquico, mas como uma

---

<sup>2</sup> Encontramos Pedro de Arche mencionado em um documento de 19 de dezembro de 1630 atestando que o mesmo havia atuado na “Junta de Armadas”, no mesmo ano. Archivo General de Simancas. AGS, Guerra Antigua. Legajo 3154, Doc. 45.

<sup>3</sup> Archivo General de Indias. AGI, Consulta del Consejo de Indias. Indiferente, 740, n. 283. Sobre el memorial de Juan Bautista Rovelasca, que solicita el pago de lo que se le debe de la flota de Diego Flores de Valdés. “*Hauiendose de tomar quantas a Diego Flores y a los oficiales de la armada del dinero que han recibido y gastado bien se podra entretener esto hasta que se vea las que dan y como quedan*”. f. 1-4.

<sup>4</sup> Nomeadamente, Archivo General de Indias e Archivo de Simancas.

<sup>5</sup> André Ximenes esteve à frente dos negócios de sua família na Antuérpia na década de 1570. Por volta de 1590, participou do contrato da pimenta. Ximenes aparece frequentemente na documentação como contratador do contrato do pau-brasil entre os anos de 1607 e 1612. AGS, Secretarías provinciales, Libro 1500, f. 44v. Stadsarchief Amsterdam. SAA, NA 374/145- 147v.

<sup>6</sup> José Rodrigo Solis aparece como contratista da pimenta na década de 1590. (FRADE, 2006, p. 249).

<sup>7</sup> A família Mendes de Brito fazia parte dos negócios ligados à Rota do Cabo, mas cada vez mais se ligavam à Rota das Índias de Castela, diversificando os seus negócios. No início do século XVII, passaram a ser *asientistas*. Entre os seus membros mais importantes estava Heitor Mendes de Brito, conhecido como: Heitor Mendes de Brito, o Rico. (FRADE, Idem, p. 163-164).

contrapartida dos direitos consagrados da monarquia”. Ao assumir a Coroa portuguesa, em 1580, Filipe II manteve, em regra, os contratos que haviam sido firmados anteriormente à sua assunção ao trono. No entanto, em 1584, algumas falhas na execução de alguns desses termos, dentre eles o de comercialização da pimenta, que tinha como uma das partes contratantes Giovanni Battista Rovellasca, fizeram com que o monarca determinasse a suspensão da contratação com o mercador milanês. No entanto, dois anos depois, a Monarquia dos Habsburgo decidiu-se pela renovação do termo contratual com Rovellasca (ALESSANDRINI, 2016, p. 133). É interessante se observar que o empréstimo feito por Rovellasca à Fazenda Real, para suprir as necessidades da armada que ia combater os franceses que estavam instalados na região do rio Paraíba, ocorreu justamente no período que antecedeu a retomada dos negócios de Rovellasca com a Coroa. A primeira consulta sobre a cobrança de *“1.804.151 reales portugueses por parte de Juan Bautista Rovelasca que se le adeudaban del préstamo que un factor suyo hizo en Brasil”* ocorreu em 16 de outubro de 1586, sendo seguida por outra de 11 de janeiro de 1587<sup>8</sup>. A solicitação rogava que fosse agilizado o pagamento do empréstimo feito por Giovanni Battista Rovellasca à frota de Diego Flores de Valdés com o objetivo de conquistar a Paraíba. Não há informação acerca do recebimento dessa quantia, mas muito provavelmente o empréstimo foi liquidado, já que Rovellasca continuou em alta conta no Reino, mantendo seus contratos e sua atuação até, pelo menos, 1598, conforme se extrai da documentação oficial<sup>9</sup>. Na época, havia uma estreita ligação entre a finança pública e os capitais privados, não sendo incomuns operações de crédito como a que envolveu Rovellasca e a esquadra de Valdés, apesar de não termos encontrado nenhum outro crédito do mercador milanês a empreendimentos de ordem inteiramente militar, como foi o caso da expedição à Paraíba.

Em um documento de 1590 encontramos mais transações envolvendo o nome de Rovellasca com a Bahia. Uma procuração passada por João Álvares a Pedro da Costa e Francisco da Costa, irmãos, moradores em Lisboa, os quais iam para o Brasil, e a Francisco de Araújo, morador em Salvador da Bahia, determinava que se deveria cobrar de Sebastião de Faria, senhor de engenho na Bahia, *“tudo o que lhe deve de umas letras que passou no ano de 1583 sobre João Baptista Revelasco, no total de 152000 reais”*<sup>10</sup>. Sebastião de Faria foi um senhor de engenho na Bahia que, segundo Frei Vicente do Salvador (1982, p. 424), fez mais do que muita gente, o qual quando da expedição comandada por Valdés à Paraíba *“lhe largou as suas casas com todo o serviço, e o banqueteou, e aos seus familiares e apaniguados oito meses, que aqui estiveram, só por servir a el-rei, sem por isso receber mercê alguma, porque serviços do Brasil raramente se pagam”*. Já que os serviços no Brasil poderiam não se pagar, os do Reino pareciam ser mais eficientes. Esse fato mais uma vez reforça que havia um importante fluxo de

---

<sup>8</sup> AGI, Consulta del Consejo de Indias. Reales Decretos. Indiferente General, 614.

<sup>9</sup> Em 1598, encontra-se *“Juan Bautista Rovelasca o Ruy Velasco”*, solicitando um novo registro de *“110 esclavos negros sin pagar derechos, respecto a que los satisfizo, cuando sacó el primero, que se perdió, cuando robaron el navío, en que iban, los corsarios ingleses.”* AGI, Casa de la Contratación, 746, N. 10.

<sup>10</sup> Arquivo Distrital do Porto (ADP), Notas para escrituras diversas, Cartório Notarial da Vila do Conde, I/36/4 - 4.1015, f. 18v-20v.

viagens: homens de negócio, mercadores, cristãos novos, familiares, procuradores. A intensidade dessas relações de contato e contratos, entre os que ficavam na colônia e os que viviam no reino, foi uma constante. Assim, um mercador inserido na rede transcontinental de negócios e comércio, de grande reputação, como era o caso de Giovanni Battista Rovellasca, mantinha seus interesses também direcionados para Brasil, mesmo os tratos não sendo, aparentemente, tão rentáveis como seriam empréstimos de pouca monta concedidos à Coroa. A Monarquia Hispânica constituía-se, portanto, em um espaço atrativo de oportunidades e para se fazer negócios.

A dinastia filipina proporcionou um novo fôlego aos grupos mercantis europeus, como no caso da rede de Rovellasca, em relação ao alargamento dos seus negócios estendendo-os para outras paragens da Monarquia Hispânica, às quais, anteriormente, não tinham acesso. A nova situação agora permitia uma ampliação dos mercados de compra e venda de mercadorias. No caso do Brasil, essas redes de negócios transcontinentais comandadas, sobretudo, pelas famílias de origem cristã-nova, foram determinantes para pôr em execução e sedimentar a empresa açucareira na região, sendo peça essencial, também, para a própria expansão das fronteiras coloniais. Com a abertura de novas praças comerciais, novas redes foram instituídas. Na colônia, a presença de capital europeu desde o início foi destacada, sobretudo, em investimentos na produção açucareira. No século XVI, boa parte dos fundos advinha de investidores estrangeiros, tais como flamengos e italianos (SCHWARTZ, 1988, p. 179).

A atuação da elite colonial na conquista da Paraíba e de outros territórios da costa norte, em seguimento ao curso da empresa colonial, se deu não apenas pelo financiamento das expedições, mas, também, de forma direta, pela participação de membros principais das famílias locais ligadas ao negócio do açúcar em posições de destaque nas tropas nas campanhas que se fizeram – como foram os casos de Felipe Cavalcanti, de Ambrósio Fernandes Brandão e de Diogo Nunes Correia que, juntamente com seu irmão João Nunes Correia, foram personagens ativas na conquista da Paraíba, pelo financiamento, fixação na terra e nos combates aos Potiguara e franceses.

Os negócios da família de cristãos-novos Nunes Correia tinham grande abrangência: a contratação de pau-brasil, a produção e a mercancia do açúcar, o comércio da pimenta e o cativeiro de índios. As transações de mercadorias conectavam-se numa rede comercial transcontinental ligando o mercado colonial a Portugal e a praças da Europa, sob o comando de Henrique, o mais velho dos irmãos Nunes Correia, que morava em Lisboa, coadjuvado pelo cunhado Luís Mendes, que residia no Porto. João Nunes investia em várias frentes<sup>11</sup> e mantinha contatos com o reino, de onde seu irmão controlava os negócios familiares<sup>12</sup>. Os Nunes Correia faziam parte de um grupo de mercadores que fazia mover a economia europeia com suas conexões intercontinentais. Com a exploração de novas rotas atlânticas, a Coroa soube utilizar

---

<sup>11</sup> AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1516, f. 92.

<sup>12</sup> SAA, NA 98/28-28v. Contract (Power of Attorney, Commercial Credit) of Manuel Rodrigo Vega, Maerten Bitter, Cornelis Snellinck, Hans Ballnoen, Dominicus van Uffelen, Joan Nunes Correia.

“a capacidade geradora de riqueza que essa ampliação comercial trazia”, como explicou Ana Hutz (2014, p. 43).

João Nunes Correia, vivendo em Olinda, foi um personagem destacado naquela sociedade, gerenciando localmente os negócios da família e, também, atuando na agiotagem, concedendo empréstimos até para pessoas principais de Pernambuco, a exemplo de Felipe Cavalcanti. João Nunes Correia, sozinho, foi dono de uma “fortuna incalculável” para a época, cerca de 200.000 cruzados (RICARDO, 2006, p. 55). O cristão-novo a rogo do ouvidor-geral Martim Leitão, na falta de fundos na Fazenda Real, forneceu o financiamento necessário para o provisionamento de expedições a Paraíba, conforme o relato de Frei Vicente do Salvador:

“E se concluía pior se o ouvidor-geral não tratara este negócio por via de empréstimo, com que logo mandou ao capitão Pero Lopes fizesse rol do que havia mister para provimento de cem homens em seis meses e, feito e somado em três mil cruzados, os mandou logo tomar e repartir pelos mercadores que tinham as coisas necessárias, aos quais se satisfazia com créditos de João Nunes mercador.” (SALVADOR, 1982, p. 234).

Diogo Nunes Correia atuou como capitão em uma das jornadas de conquista da Paraíba, comandando uma coluna em que estavam os portugueses e a gente Tabajara, sob o comando de dois dos seus principais, Braço de Peixe e Assento de Pássaro, conforme descrito na narrativa de Frei Vicente do Salvador:

“E tanto foi na Paraíba que se ordenaram mais duas Companhias, uma do capitão D. Pedro de Cueva, com seus soldados espanhóis e outra de portugueses, que ia por capitão Diogo Nunes Correia, com os quais, e com a gente do Braço de Peixe, e do Assento de Pássaro.” (SALVADOR, 1982, p. 258).

No entanto, mais do que envolvido militarmente com as guerras da Paraíba, Diogo Nunes Correia aportava seus recursos na povoação que se iniciava. Em uma provisão de 10 de novembro de 1593 é demonstrado que Diogo Nunes Correia pagou para o “sustento dos índios da Paraíba” o montante de “sento e corenta mil reis [...] pela cota de Duarte Reimão almoxarife de pernaobuco<sup>13</sup>”. Ainda em 1586, após uma momentânea vitória sobre os franceses e os Potiguara, estando a Paraíba sob o governo de João Tavares, Diogo Nunes deu início à construção, no lado direito do rio Paraíba, do primeiro dos dois engenhos que viria a ter na Paraíba, que, por ser o mais afastado da nascente povoação e no limite do território até então conquistado, o forte que o protegia ficou conhecido como “Forte da Fronteira”, comandado, por volta de 1588, pelo capitão castelhano D. Pedro de la Cueva (LINS, 2005).

Através da inserção desses clãs mercantis na empresa de conquista das terras do rio Paraíba, podemos compreender a complexidade de uma rede de negócios abrangente, com

---

<sup>13</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_14 CX. 1. D. 1



tentáculos na Europa, Índia, África e Brasil, constituída no processo de gestação do capitalismo a partir do sistema econômico mercantilista, como exposto por Luiz Alberto Moniz Bandeira:

“O capitalismo, ao longo da história, foi a única formação econômica com capacidade de expansão mundial. Sua evolução, desde o mercantilismo, constituiu um *processus* de contínua globalização da economia, que começou com as viagens de circum-navegação, no final do século XV e começo do século XVI. Banqueiros florentinos entre os quais [...] Giovanni Battista Rovelasca [...] financiaram os navegantes, que se lançaram ao mar, a serviço de Portugal e da Espanha.” (BANDEIRA, 2016, p. 51).

Essa canalização de capitais nutria a economia interna. O alargamento das terras que foram conquistadas influenciou, posteriormente, na consolidação daquela elite local, que era composta por senhores de engenho, mercadores e exploradores das terras para o plantio de cana de açúcar. Foram esses homens que comandaram as expedições de conquista do litoral norte-oriental da América portuguesa. Uma importante parcela desse grupo soube aproveitar a sua atuação nas jornadas da conquista dos territórios para requerimentos de mercês e sesmarias. A Monarquia Hispânica permitiu estabelecer vinculações e enfocar interdependências entre as mais distintas localidades do império. As redes que se entrecruzavam eram frequentemente abastecidas de forma contínua e dinâmica.

### **Terras do rio Paraíba: oportunidades e negócios**

Os moradores das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá assumiram, juntamente com a Monarquia, a ideia da conquista da região do rio Paraíba, tomando para si o processo de ocupação do território. Os senhores de terra atuaram ativamente no processo de conquista das Capitanias do entorno a partir de Pernambuco. Era preciso ocupar a região com o intuito de aproveitar economicamente aquelas terras. Havia ainda a necessidade de proteger os moradores dos indígenas Potiguara que faziam “cruelíssima guerra” aos colonos, segundo Gabriel Soares de Sousa (1938, p. 23), expulsando, também, os estrangeiros, sobretudo os franceses, que traficavam o pau-brasil na costa da Paraíba. O ônus dessa empreitada foi dividido entre particulares e funcionários régios.

Os chamados homens de governança, instalados em Pernambuco, tiveram capital participação na organização e no financiamento de todas as expedições que se deram no processo de conquista do rio Paraíba, delas participando em postos de comando nas forças que foram constituídas para combater o consórcio dos Potiguara com os franceses. As fontes documentais disponíveis, como a crônica de Frei Vicente do Salvador (1982, p. 227), indicam a participação ativa de mercadores e importantes senhores de engenho de Pernambuco no processo de conquista das terras paraibanas, a exemplo do florentino Felipe Cavalcanti e dos cristãos-novos Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares, que ocuparam, em pelo menos uma das expedições, os postos de capitães de mercadores. Além dos objetivos econômicos, com o alargamento das áreas de cultivo da cana, exigência do florescente mercado de

exportação do açúcar, a conquista da Paraíba era de imperiosa necessidade para a proteção das regiões vizinhas porque servia como primeiro anteparo de defesa contra os ataques que vinham sendo feitos pelos Potiguara, sob o estímulo dos franceses que, havia anos, traficavam o pau-brasil naquela zona costeira. Daí decorreu o interesse e o envolvimento de proprietários de engenhos de açúcar de Pernambuco nas expedições da conquista da Paraíba participando, de forma expressiva, do financiamento da empresa e, pessoalmente, dos combates dados aos Potiguara e contrabandistas gauleses.

A parte mais débil da Monarquia Hispânica quase sempre relacionava-se com a questão econômica, com a carência de recursos financeiros. Embora os custos da empreitada da conquista da Paraíba tenham tido a participação da Fazenda real, a escassez dos recursos da Coroa na colônia e a demora em obtê-los levava a que as expedições fossem mais rapidamente viabilizadas através de financiamentos de particulares, sem os quais a empresa não teria obtido sucesso. O investimento feito para a conquista da região do rio Paraíba foi uma iniciativa pioneira na América portuguesa, no tocante ao envolvimento dos recursos humanos e financeiros que foram disponibilizados, se cotejarmos a empresa da Paraíba com o que ocorreu nas demais capitânicas. Enquanto a Capitania de Pernambuco estruturou-se, primordialmente, por meio da iniciativa privada, em torno do grupo vinculado ao donatário Duarte Coelho e a Capitania da Bahia foi instaurada por iniciativa régia, como explicou Rodrigo Ricupero (2009, p. 304), para o caso da Capitania da Paraíba houve a junção das duas diligências: a participação e intervenção da Coroa, e o incentivo econômico e adiantamento de recursos por parte da iniciativa privada “local” e europeia. Além das inversões materiais feitas pelos locais, o que habitualmente ocorria nas praças portuguesas, a Paraíba recebeu recursos da Fazenda Real (não apenas para gastos com a defesa naval) e financiamentos feitos pelo capital estrangeiro europeu.

O interesse mercantil, nesses tipos de empresas, parecia estar por trás de tudo: no pagamento dos custos das guerras locais, na construção de fortificações e modelando a ação da governança da terra. Esse amplo negócio tinha a coordenação de um grupo vinculado a interesses comuns, sujeitos ligados através de intrincadas tratativas comerciais (SOUZA, 2012, p. 24). Ao que tudo indica, o comércio era o móvel da existência daquele mundo e isso se refletia na própria condução institucional na região. Era o rei quem tinha o direito de cobrar e gerir os dízimos, a principal receita auferida pela Coroa. Originalmente, o dízimo era o imposto de um décimo de toda produção e que deveria ser pago à Igreja, embora no Brasil fosse arrecadado pelo rei, por conta de sua condição de grão-mestre da Ordem de Cristo (SCHWARTZ, 1988, p. 154). Além dos dízimos eclesiásticos, cabia à Fazenda régia a arrecadação do dízimo dos produtos importados e exportados; o quinto dos metais e pedras preciosas; o tributo decorrente do monopólio sobre a extração do pau-brasil e o dízimo dos pescados. No entanto, a principal receita, nessa época, era originária do dízimo de 10% com relação à produção do açúcar que era produzido na região, sendo seguida pela arrecadação do quinto (PUNTONI, 2013, p. 112-113).

A eventual incapacidade da arrecadação para fazer face às despesas correntes era suprida pela Provedoria da Fazenda. Mesmo as capitânicas que, circunstancialmente, fossem

deficitárias, teriam seus gastos cobertos através de uma política financeira, relativamente eficiente, que era praticada pela Coroa (CARRARA, 2009, p. 94). Essa estruturação fiscal foi engendrada, organizada e posta em prática desde os primeiros anos da União Dinástica. Mesmo quando a empresa açucareira ainda não havia atingido sua etapa de maior rentabilidade já se cogitava em regulamentação dos impostos, de modo a obter o lucro necessário para a posterior racionalização dos recursos. Um dos traços dessa renovação administrativa foi a implementação de modelos organizativos mais localistas.

Um dos exemplos era a relação de conexão e dependência direta entre a Capitania da Paraíba e a Capitania de Pernambuco, que começou nos anos setenta do século XVI, avançou até o período da invasão holandesa e perdurou até metade do Setecentos. A Capitania da Paraíba, sob diversos aspectos (políticos, econômicos e militares), dependia do provimento de Pernambuco. Deste modo, não há como fazer a distinção de uma elite pernambucana destacada dos homens principais da Paraíba. A simbiose entre as duas capitanias era de tal ordem que os condutores dos seus negócios se interconectavam, quando não se dava apenas a mera transferência de atuação de um lócus para o outro. Os interesses da Coroa e os interesses da elite colonial instalada na região, de certo modo, eram os mesmos e contribuíram para o vigor político e administrativo que Pernambuco adquiriu face as outras chamadas Capitanias do Norte.

Compreender o percurso e as negociações dos funcionários régios e das chamadas elites locais nos auxilia a pensar o exercício da governação como uma via de mão dupla. A engrenagem política subliminar àquela empresa evidenciava as disputas pelo poder local. Os embates internos ocorreram simultaneamente ao processo de ocupação da terra. Desde as primeiras jornadas pela conquista da região, os funcionários reais, os cargos administrativos e as patentes, já viviam imersos em um conflito de poderes. Essas divergências persistiram durante os primeiros tempos de implantação da nova Capitania da Paraíba. Os homens que tinham participado da conquista, por exemplo, não se viam como meros moradores, sujeitos passivos diante das regras então estabelecidas. Eles reconheciam-se como vassalos de primeira categoria, conquistadores destes territórios, portanto, mercedores de privilégios perante a Corte (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 50). Naquela quadra, tornava-se possível, portanto, a aplicação de uma combinação de possibilidades em face de uma política de distribuição de cargos. O estímulo real a esses investimentos e à participação dos particulares nas empresas era, àquela altura, indispensável, pois servia de suporte para o próprio avanço do povoamento e da colonização nas novas terras a serem conquistadas.

A conquista do território da Paraíba foi um processo difícil, dispendioso e demorado. Por outro lado, o subsequente processo de colonização nas várzeas do rio Paraíba se deu de maneira relativamente rápida. As expectativas no futuro promissor daquela região acabaram levando inúmeros moradores provenientes das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, que se envolveram diretamente, na jornada de ocupação territorial, a se transferirem para as novas terras conquistadas. Com a vitória na guerra contra a ameaça francesa e a vitória momentânea contra os Potiguara, em pouco tempo, a Paraíba se tornou uma das principais áreas utilizadas na colônia para o fabrico do açúcar, em razão da adequação das suas terras para o cultivo da

cana, conforme atestava Brandônio em um dos diálogos em seu *Diálogo das Grandezas do Brasil*: “a Paraíba, por ser fertilíssima e lavrar muitos açucares nos engenhos em que se fazem [...]” (BRANDÃO, 2010, p. 20).

Embora a Capitania da Paraíba tenha sido efetivamente instituída como Capitania régia, a sua povoação desenvolveu-se sob o amparo e sustentação dos reinóis, os ricos moradores de Pernambuco, que arcaram com parte dos custos da conquista e, posteriormente, da sua conservação. A participação daqueles que financiavam as campanhas, a chamada elite colonial, os moradores da terra que detinham recursos econômicos para manter as tropas, foi peça essencial no assentamento do processo de colonização do território paraibano. Tanto nas jornadas de conquista, quanto na posterior povoação do território, os recursos da Coroa uniram-se aos provenientes dos homens da terra que, além de assegurar a defesa, cuidariam da edificação da cidade Filipeia. Concomitantemente, lado a lado com os interesses da Coroa, estava o empenho individual, em benefício próprio, dos moradores mais abastados da região. O objetivo desse grupo era angariar, ainda mais, vantagens, ao mesmo tempo em que visava proteger as benesses já obtidas junto à Monarquia Hispânica.

### **Considerações finais**

Neste estudo, buscamos analisar algumas trajetórias de personagens que construíram relações com a Capitania da Paraíba. Tratamos de alguns aspectos acerca do investimento feito para a conquista da região – uma iniciativa precursora na América portuguesa – destacando a participação de Giovanni Batista Rovellasca. Em 1584, quando da expedição de Flores de Valdés destinada à Paraíba, a Fazenda Real para subsidiá-la utilizou financiamento de particulares, ao contrair um empréstimo com o comerciante milanês, na época um dos principais mercadores estabelecidos na Corte. Diante das dificuldades financeiras pelas quais a Coroa passava na época, a Monarquia necessitava financiadores para bancar os custos da empreitada colonial possibilitando uma acumulação local de capital articulada com a metrópole, e com o mercado europeu. A trajetória do milanês Giovanni Rovellasca com vinculações comerciais que uniam não apenas o espaço americano ao mundo ibérico, mas também à Europa ocidental e com o continente asiático demonstra que era possível atuar no espaço da monarquia com movimentos que ultrapassavam os meros alcances jurisdicionais da Coroa. Essa mobilidade de articulação transcendia as fronteiras formais e trazia à tona uma realidade multiforme.

Um dos nortes deste estudo foi entender de que modo a integração de uma Monarquia de dimensões globais e as transformações políticas que decorreram daquele período afetaram o outro lado do Atlântico. Durante aquele tempo, foi possível constatar o enorme potencial econômico e estratégico da América portuguesa para a Monarquia Hispânica. Nosso objetivo principal foi, portanto, entender como esse evento político de tamanha magnitude repercutiu nas chamadas partes do Brasil, em especial, no território da Paraíba. Novas abordagens têm permitido um olhar diferenciado sobre a história do período colonial da região, entendendo o espaço americano como um território de mobilidade, que se articulava de variadas formas no

tempo e no espaço. A circulação e os intercâmbios ocorriam, ao mesmo tempo, no “centro” e em todas as fronteiras da Monarquia. Este é o desafio para quem se propõe a estudar o impacto da União Dinástica sobre o mundo atlântico: pensar as múltiplas interações entre as partes continentais que compunham aquele conglomerado territorial, contínuo e, também, descontínuo, que constituía a Monarquia dos Habsburgo.

Com este artigo, esperamos contribuir para a construção de uma narrativa sobre o período em que o Brasil esteve subordinado à Monarquia Espanhola, reconhecendo nos pontos constituintes da história desses anos um cenário múltiplo, interligado através de uma escala global. A questão da conquista da Paraíba foi examinada em função da cultura política da época, não sendo tratada de forma segmentada ou isolada, mas como aspecto integrante das dinâmicas atlânticas.

### Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A economia política dos descobrimentos”. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALESSANDRINI, Nunziatella. “Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis”. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, 2016, 28-29.

ALMEIDA, A. A. Marques de (Dir.). **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 51.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

BRAUDEL. **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II**. Vol. I. New York: Harper and Row, 1972.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Fazenda Real do Brasil, século XVII**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

CRIVELLI, Benedetta. “Confiança e reputação: sucesso e declínio de um mercador italiano no comércio ultramarino da segunda metade do século XVI”. Comunicação no **XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social**, 16/17 de novembro de 2012.

FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. **1492, o Ano em que o Mundo começou**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FRADE, Florbela Veiga. **As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a família. 1532-1632**. Lisboa: Tese de doutorado apresentada à Universidade de Lisboa, 2006.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. **Tempo**, v. 14, n. 27, 2009.

GIL PUJOL, Xavier. **Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

GONZALO RIVERO, Diego. **Brazil: The Crucial Years (1570-1612)**. Athens: University of Georgia, 1981.

GRUZINSKI, Serge. **Las Cuatro Partes del Mundo: Historia de una Mundialización**. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

HUTZ, Ana. “Redes comerciais cristãs novas no Brasil durante o reinado de Filipe III”. In: MEGIANI, A. P.; SANTOS PÉREZ, J. M. ; VANDERLEI SILVA, K. (Orgs.). **O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). Novas interpretações**. São Paulo: Humanitas, 2014.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d’Avila. **As fortificações antigas da Paraíba (Século XVI)**. João Pessoa: Edições Fotograf, 2005.

LORENZO SANZ, Eufemio. **Comercio de España con América en la época de Felipe II. Los Mercaderes y el Tráfico Indiano**. Tomo I. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Valladolid, 1979.

MARQUES, Guida. **L'invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)**. Thèse pour obtenir le grade de Docteur discipline Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial - 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013.

RICARDO, Sílvia Carvalho. “**As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia**”. São Paulo: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação na História Econômica da Universidade de São Paulo, 2006.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial. 1530-1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1627)**. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2004.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil (1587). Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, acrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagen**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

SOUZA, George Felix Cabral de. **Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

TEPASKE, John Jay. “Integral to empire: the vital peripheries of colonial Spanish America”. In: DANIELS, Christine. KENNEDY, Michael V. **Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas. 1500–1820**. New York: Routledge, 2002.

VALLADARES, Rafael. “Historia Atlántica y ruptura ibérica, 1620-1680. Un ensayo bibliográfico”. In: PARKER, Geoffrey (coord.) **La crisis de la Monarquía de Felipe IV**. Barcelona/Valladolid: Editorial Crítica/Universidad de Valladolid, 2006, p. 327-350.

Cantareira, 35ª ed. Jul. – Dez, 2021

Dossiê Construindo impérios na época moderna: negócios, política, família e relações globais (séculos XVII e XVIII)  
Dossier Building empires in the modern age: business, politics, family and global relations (17th and 18th centuries)

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno. Vol. I - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”. In: YUN CASALILLA (dr.). **Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714**. Madrid, Marcial Pons. 2009, p. 11-35.

Artigo recebido em 19/03/2021 e  
aprovado para publicação em 07/06/2021